

# Apresentação

GeoTextos apresenta, em seu número 2 do volume 11, dez artigos distribuídos em duas seções, tendo, como eixos norteadores, discussões atualizadas sobre metropolização, redes urbanas e de comércio, políticas de desenvolvimento regional e territorial e educação no campo, partindo de diferentes recortes e escalas de abordagem.

Abrindo a seção Artigos, o texto de Sylvio Bandeira de Mello e Silva, Barbara-Christine Nentwig Silva e Maina Pirajá Silva problematiza a evolução e a dinâmica estrutural recentes da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e os fatores – internos e externos – que influenciaram/condicionaram a produção deste espaço metropolitano, destacando o papel de Salvador e da RMS, bem como sua relevância histórica e geográfica no contexto brasileiro: “o trabalho assume que Salvador passou a ter efetivamente uma complexa região metropolitana, de natureza industrial e de serviços, e que é preciso avaliar, como resultado da influência da metrópole, sua estrutura interna, seus desequilíbrios e suas perspectivas, com destaque para o papel do planejamento e de seus problemas políticos e institucionais”. No artigo seguinte, Reges Sodré e Aires José Pereira vão analisar as interações espaciais interescares nas cidades médias do Tocantins, dando destaque à avaliação destas dinâmicas a partir do comércio de vestuário na cidade de Araguaína-TO. A instalação das lojas de vestuário em Araguaína explicita, para os autores, “um conjunto de interações que chegam até a cidade, conectando-a numa trama de relações e acumulação do capital nacional e internacional. É a lógica exógena criando nexos no território local que lhes são estranhos, pois mais especializados e dinâmicos”. É também o comércio de vestuário que vai nortear a análise empreendida por Tito Carlos Machado Oliveira e Fernanda Loureiro Ferreira no terceiro artigo da seção. Os autores vão se debruçar especificamente sobre o comércio de roupas de segunda mão, “a partir do levantamento e da

análise da comercialização de roupas usadas em três localidades distintas – Santa Cruz de la Sierra e Puerto Quijarro, na Bolívia, e Corumbá, no Brasil”, a fim “de identificar o caminho percorrido por estas mercadorias nesse circuito espacial de circulação a partir de Santa Cruz de la Sierra até as feiras livres de Corumbá, na fronteira Bolívia-Brasil”. Aqui, a análise empreendida extrapola as fronteiras nacionais, buscando-se a operacionalização e a articulação dos conceitos de território e rede, concluindo que “a presença de atividades de circulação e consumo no negócio de roupas de segunda-mão dentro da Bolívia, ainda que esteja sob a égide de uma rede internacional, somente ganha significação pela existência de uma malha rodoviária, uma malha de pontos de vendas (feiras), uma malha de trabalho informal etc., suscitando imbricações (nós) formadoras de circuitos territoriais curtos (subsistemas), e, assim, chegando até a fronteira, um *milieu* ‘natural’ entrecortado por leis e costumes assimétricos”. No texto que se segue, de autoria de Eugênio Ribeiro Silva, o recorte de análise é intraurbano, para fundamentar a aplicação das noções de “empreendedorismo urbano periférico” e “máquina de crescimento”, na análise da produção de ícones urbanos em Natal-RN, em um contexto de dinamização do mercado imobiliário pelo planejamento estratégico de cidades. Com base nessas premissas, o autor conclui que “a ‘periferização’ do modelo de planejamento adotado no país remete ao processo de imitação dos pressupostos do planejamento estratégico adotados em cidades cuja competição atinge níveis internacionais. (...) a cidade de Natal passa a replicar a tendência da monumentalização para se tornar mais atrativa face às cidades concorrentes, em nível local”. No quinto artigo da seção, de Adriane Aparecida Moreira Souza, Valéria Zanetti e Maria Aparecida Papali, a escala é também intraurbana, fundamentando uma análise dos reflexos da implementação de políticas de desenvolvimento no município de São José dos Campos-SP e as transformações desta cidade, do “período que se estendeu do final da década de 1940 até o final da década de 1990”, quando “São José dos Campos passou de cidade sanatorial a cidade industrial e finalmente a cidade produtora e difusora de alta tecnologia relacionada ao setor aeroespacial”. As autoras concluem que “a partir de 1960, o conceito de cidade que vivia da doença e que propagava a salubridade de seus ares, terá sua paisagem modificada pela fumaça das fábricas.

Porém, àquela altura, paralelamente à indústria, uma segunda estrutura produtiva voltada à construção do conhecimento e ao desenvolvimento tecnológico evidenciava uma nova potencialidade do município de São José dos Campos, a de tecnopolo do setor aeroespacial". No artigo seguinte, de autoria de Edinusia Moreira Carneiro Santos, Agripino Souza Coelho Neto e Onildo Araujo da Silva, a escala de análise é regional, baseando a operacionalização dos conceitos de território e região para explicitar como, num espaço específico, uma região se transforma em território, contrapondo os recortes institucionais de "Região Sisaleira" e "Território do Sisal", adotados em diferentes regionalizações/períodos no estado da Bahia. Para o caso específico do Território do Sisal, os autores concluem que "a ideia de território melhor instrumentaliza a ação dos movimentos sociais que vão abandonando a ideia de Região Sisaleira. Também não podemos deixar de destacar que o discurso centrado na ideia de região não está extinto, e também a elite econômica e política ligada à cadeia produtiva do sisal continua reivindicando políticas de preço mínimo, infraestrutura e benefícios de crédito para financiar a produção do sisal". O sétimo e o oitavo artigos da seção vão tratar de modo mais específico de conflitos de terra/territoriais no campo e na cidade: Fabiana Valdoski Ribeiro lança mão da noção de "espaço de conflito" para "compreender a contradição dominação/apropriação à luz dos movimentos sociais urbanos por meio da prática socioespacial da resistência", partindo da análise "da experiência de luta dos moradores da Favela Maria Cursi em conjunto com o Movimento de Defesa do Favelado (MDF)", na zona leste da cidade de São Paulo, no bairro de São Mateus; já Hélio de Vasconcelos Lemos e Paulo de Jesus vão analisar de que forma a instalação do Complexo Industrial de Suape exerceu influência no modo de vida e nas perspectivas ocupacionais/profissionais dos moradores e trabalhadores rurais da comunidade de Massangana, no Município do Cabo de Santo Agostinho-PE, refletindo sobre os conflitos fundiários daí resultantes bem como sobre a noção de desenvolvimento local, aplicada a esse caso específico. O último texto da seção Artigos e o trabalho apresentado na seção Perspectivas vão, finalmente, abordar a temática da educação no campo: o objetivo geral do artigo de Marilucia Ben e Carmen Rejane Flores Wizniewsky é o de "compreender como as famílias integradas/cooperadas e também os trabalhadores da agroindústria são

escolarizados para atender aos interesses do capital agroindustrial da região Oeste paranaense”, a partir da análise da atuação da Cooperativa Agroindustrial Lar neste recorte regional específico; e Wallace Wagner Rodrigues Pantoja apresenta em seu artigo uma “pesquisa em processo” em municípios às margens da Transamazônica, com o intuito de “discutir a relação entre a *geograficidade* vivida na (...) BR-230 e sua tematização nas escolas rurais como lugares de reunião e construção possível do conhecimento”, bem como para problematizar de que modo “esta *geograficidade* pode ser negada ou afirmada, no plano educativo, tanto nas escolas que estão à beira da (...) Transamazônica – quanto no espaço fora delas, neste caso, no nível das políticas educativas do território brasileiro”.

Boa Leitura!

Angelo Serpa  
Editor-responsável